CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DA LÍBIA PÓS-2011

FRAGMENTAÇÃO ESTATAL E A DINÂMICA LOCAL DE ATORES NÃO-ESTATAIS

AUTOR

LORENZO C. B. GONTIJO

Mestrando em International Development Studies & Global Studies na Roskilde University (Dinamarca), bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e membro pesquisador do Grupo de Estudos sobre Oriente Médio e Magreb (GEOMM).
E-mail: lorenzocbg@gmail.com

Data de recebimento: 07/07/2021

Data de publicação: 30/08/2021

@GEOMM_BR / @ GEOMMBR / @GEOMM

WWW.GEOMM.COM.BR

GEOMM

CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DA LÍBIA PÓS-2011:
Fragmentação estatal e a dinâmica local de atores não-estatais

Lorenzo C. B. Gontijo[1]

1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2011, as revoltas populares que culminaram na queda de Ben Ali na Tunísia e Mubarak no Egito chegaram à Líbia. O regime de Mu'ammar al-Qadhafi[2], já incapaz de manter os benefícios de bem-estar social anteriormente possibilitados pelas rendas do petróleo e de garantir os direitos de liberdade exigidos há muito tempo pelo seu povo, passou então a ser alvo de manifestações em escala nacional (AHMAD, 2012). Após forte repressão do governo, parte dos manifestantes se mobilizou para formar uma oposição armada (ainda que difusa), e esta ganhou força de modo que confrontos com o governo se tornaram cada vez mais frequentes (OYENIYI, 2019). O desfecho veio com a polêmica intervenção da OTAN[3] em março de 2011, que enfraqueceu as forças governamentais e favoreceu os rebeldes, culminando na morte de Qadhafi em outubro do mesmo ano e a consequente abertura de um vácuo de poder no país.

---

[1] Mestrando em International Development Studies & Global Studies na Roskilde University (Dinamarca), bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e membro pesquisador do Grupo de Estudos sobre Oriente Médio e Magreb (GEOMM). E-mail: *lorenzocbg@gmail.com*

[2] Qadhafi, de origem árabe beduína e com forte senso de identidade tribal, teve uma formação política e militar que o aproximou dos valores do líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Qadhafi tomou o poder por meio de um golpe militar em 1969, depondo o rei Idris al-Sanussi, que governou o país desde a sua independência em 1951 até aquele ano. No início de seu governo, Qadhafi era considerado um símbolo do nacionalismo árabe e das lutas anti-imperialistas no Sul Global, buscando quebrar com o *status quo* de dependência político-econômica líbia perante o Ocidente. Graças a essa postura, embasada pela construção de uma forte máquina ideológica de doutrinação, e aos investimentos em bem-estar social possibilitados pelos lucros do petróleo, ele recebeu apoio de grande parte da população, o que favoreceu a sua permanência no poder. Porém, seu governo também foi marcado pelo autoritarismo e corrupção, fatores que se agravaram nas últimas décadas em que esteve no poder. Ver mais em St. John (2012) e Oyeniyi (2019).

[3] A intervenção da OTAN na Líbia em 2011 violou o mandato estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) na Resolução 1973 de 2011, que estabeleceu (i) uma zona de exclusão aérea (*no-fly zone*) no espaço aéreo líbio; (ii) imediato cessar-fogo; (iii) fim completo da violência; (iv) devido cumprimento das normas de direito internacional; (v) aplicação dos embargos de armas; e (vi) congelamento de ativos que fossem de propriedade ou controlados pelas autoridades líbias. Dessa forma, a mudança de regime não estava prevista na Resolução 1973, tampouco as violações às normas de direitos humanos e direito internacional cometidas pelas forças da OTAN e aliados - dentre eles, dos EUA, França, Reino Unido e Canadá (CSNU, 2011). Tal ação ainda serviu de modelo para a posterior atuação dos EUA e Rússia na Guerra da Síria.

A queda de Qadhafi mobilizou uma série de atores locais e regionais que tentaram ocupar o espaço deixado pelo governo para assim poderem influenciar os rumos da Líbia. Esses grupos, de interesses variados e influenciados por ideologias políticas e vertentes do Islã divergentes, formaram a complexa rede de atores não-estatais por trás das disputas que marcaram a conjuntura líbia pós-2011.

Em um contexto de frágil estrutura institucional e ausência de um exército organizado, a situação do país se tornou insustentável. O principal recurso natural ali presente, o petróleo[4], foi um dos principais alvos das disputas. Milícias armadas passaram então a controlar partes do território, que frequentemente alternavam de um grupo para outro (EL KAMOUNI-JANSSEN; ABDO, 2015). Enquanto isso, a população, que aspirava por uma mudança positiva com a revolução, se viu refém das forças difusas que batalhavam pelo poder. Embora o fim do governo Qadhafi tenha significado o fim de uma ditadura de 42 anos (1969-2011), as consequências deste episódio implicaram na fragmentação[5] do Estado líbio e desencadearam um conflito sem precedentes na história do país.

---

[4] Na década de 1960, foram encontrados os primeiros poços de petróleo na Líbia, alterando drasticamente o perfil econômico do país. A grande presença do petróleo no seu território é historicamente o principal fator que possibilitou que o país crescesse economicamente e pudesse investir em áreas ligadas ao bem estar social, como educação e saúde. Isso fez com que a Líbia saísse do posto de um dos países mais pobres do mundo e com taxas de 90% de analfabetismo em 1950 (ST. JOHN, 2012) para o Estado com maior IDH do continente africano no início dos anos 2000. Os benefícios só não foram maiores porque o governo Qadhafi não empenhou um esforço significativo em longo prazo para diversificar a sua matriz econômica. Logo, a profunda dependência dos petrodólares fez com que o país ficasse vulnerável às flutuações do preço da commodity, assim como às sanções econômicas impostas à Líbia no final do século XX em decorrência da suposta ligação do governo Qadhafi com grupos considerados terroristas ao redor do globo e de aspirações do mesmo em adquirir e desenvolver armas nucleares (ST. JOHN, 2012).

[5] Os termos "fragmentação Estatal" e "Estado fragmentado" foram utilizados ao longo do texto para descrever o caso líbio na intenção de substituir o termo "Estado falido", visto que esse último é um conceito que, embora seja bastante adotado, é alvo de críticas pela sua tendência à politização (utilização arbitrária do mesmo para incentivar intervenções externas e mudanças de regime) e generalização (desconsideração das especificidades do cenário em questão e utilização de indicadores universalistas para mensurar contextos completamente distintos) (WOODWARD, 2017; GRIMM *et al.*, 2016). A despeito disso, reconhece-se a popularidade do conceito e o fato de que a Líbia é um caso comumente analisado nesses termos. Um exemplo disso é o fato de que o país atualmente se encontra em 17º lugar no ranking de 179 países do *Failed States Index* (THE FUND FOR PEACE, 2021), posição esta que a coloca o país em nível de alerta.

2 PARA ALÉM DO ESTADO: O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DOS ATORES NÃO-ESTATAIS NA GUERRA DA LÍBIA

A geografia da região e a distribuição demográfica do país fazem com que haja várias áreas remotas, parcamente povoadas e com pouco controle do Estado. Nesse cenário, a tentativa deliberada de imposição do modelo de Estado-nação aos moldes westfalianos[6] de forma *top-down*, como foi feito pelo colonialismo e que problematicamente ainda é visto como a única opção possível, está sujeita a muitas falhas. Por exemplo, ressalta-se o mau-funcionamento e o curto alcance da máquina estatal e a supressão de redes sociais que histórica e naturalmente ignoram fronteiras artificialmente delimitadas e a autoridade central do Estado como o poder soberano (HÜSKEN, 2017).

Consequentemente, isso favorece a atuação de grupos locais que, em regiões isoladas como no sul do país, agem de maneira autônoma, sem qualquer tipo de prestação de contas ao Estado. Pela ausência de terras cultiváveis, de investimento e a consequente falta de infraestrutura, muitas vezes esses grupos encontram como meios de vida atividades tidas como ilícitas pela sociedade internacional, como o tráfico de armas, de combustível e transporte irregular de imigrantes - as três práticas sendo muito comuns na região (EATON, 2018). Ao mesmo tempo, a existência dessas práticas e atuação desses grupos também enfraquece a legitimidade do Estado e dificultam a sua ação (EATON, 2018).

Em maior medida que outros países do norte da África, nota-se na sociedade líbia uma persistência marcante de laços tribais[7] e clãs familiares[8] em todo o território (OBEIDI, 2001). Dentre as razões para isso, destaca-se

---

[6] Entende-se aqui por Estado-nação westfaliano a instituição e modelo de organização política, econômica e social do Estado nacional que detém soberania interna e externa, território delimitado e uma população de cidadãos nacionais (MINGST *et al.*, 2018). Tal modelo foi constituído no contexto específico da Europa a partir do Tratado de Westfália de 1648 e expandido para uma escala global com os empreendimentos imperialistas dos séculos seguintes.

[7] No contexto líbio, a noção de "tribo" é uma ideologia e linguagem política utilizada por indivíduos que compartilham um sentimento de pertencimento a uma organização social constituída por reais ou percebidas linhagens de parentesco, aliança e solidariedade (*'asabiya*), e ao território em que estão concentrados e exercem influência política (ST. JOHN, 2006; CHERSTICH, 2014; OBEIDI, 2001). Diferentemente do entendimento de "tribo" em outros contextos da África e América Latina, por exemplo, o elemento étnico não é constitutivo da categorização de tribo na Líbia, ainda que haja diferentes grupos étnicos no país - sendo eles os árabes, amazigh, tuaregues e tebus (TARKOWSVY-TEMPELHOF; OMAR, 2012) - e existam diversas tribos e clãs dentro de cada uma dessas etnias.

[8] Entendem-se aqui por "clãs familiares" grupos de menor escala advindos de ramificações das tribos, mas que são formados pelos mesmos elementos constitutivos dela, sendo a linhagem de parentesco o mais marcante.

primeiramente uma histórica falta de compromisso por parte do Estado com a institucionalização de estruturas formais de governança no nível local (AHMIDA, 2012). Inclusive, durante seu governo, Qadhafi mostrou ser não só conivente, mas também a favor de laços tribais ao instrumentalizar tais relações para manter-se no poder em detrimento de mecanismos institucionalizados de governança participativa (CHERSTICH, 2014). Em segundo lugar, ressalta-se a ausência de uma sociedade civil robusta - justificada pela centralização de poder nas mãos do regime Qadhafi, que reprimia qualquer tipo de iniciativa autônoma da sociedade líbia de engajamento e participação popular para construir meios de articulação política (ST JOHN, 2012; OBEIDI, 2001).

Esses fatores fazem com que o poder no nível local, principalmente no interior do país, seja preenchido e dividido por tribos e clãs de famílias influentes que estabelecem relações de patronagem e clientelismo com a população que perpassam as mais variadas esferas da vida cotidiana - da segurança à saúde e religião (CHERSTICH, 2014; OBEIDI, 2001). Tais relações, mediadas por conselhos tribais de solução de controvérsias, consequentemente penetram e moldam o tecido social líbio de forma muito mais eficaz que a frágil e ausente máquina estatal, fazendo com que essas identidades e laços tribais sejam mantidos e por vezes até reforçados (CHERSTICH, 2014; OBEIDI, 2001).

Após a queda do regime em 2011, as disputas de poder escalaram rapidamente e, a fim de terem suas demandas atingidas, muitos desses grupos locais fizeram alianças políticas com milícias armadas para garantir sua proteção e defender seus interesses (EL KAMOUNI-JANSSEN; ABDO, 2015). Isso aumentou consideravelmente o grau de belicosidade da dinâmica local, adicionando novas camadas de complexidade ao cenário do país.

3 TENTATIVAS E FALHAS DE ESTRUTURAÇÃO DE UM GOVERNO ÚNICO

De fato houve um esforço por parte da classe política líbia para realizar uma transição pacífica e democrática para o país após a derrubada de Qadhafi. Porém, a tentativa não foi bem sucedida devido às divergências dentro do parlamento sobre a legitimidade da eleição realizada em 2014 que estabeleceu o órgão que iria compor o novo governo. Isso gerou uma cisão entre dois lados

que reivindicaram simultaneamente a representação oficial do governo líbio. De um lado, o Conselho dos Deputados (CD), com sede em Tobruk, leste do país. Do outro, o Governo Nacional da Salvação (GNS), com sede na capital, Trípoli, no oeste do país (OYENIYI, 2019).

Enquanto o primeiro tinha uma orientação secular, o último era majoritariamente composto por membros do Partido para a Justiça e Construção, braço da Irmandade Muçulmana na Líbia, tendo assim uma orientação islamista que conta com o apoio de uma base salafista[9] influente no país. Vale destacar que parte dos membros de ambos os grupos eram integrantes de tribos ligadas às milícias armadas que atuavam em todo o território (OYENIYI, 2019, p. 199). A instabilidade que já afetava o país aumentou ainda mais com a polarização política promovida por esses dois atores, o que reforçou as divergências históricas entre as regiões leste e o oeste e contribuiu para o escalonamento do conflito.

3.1. Intervenções externas

Esse contexto foi o cenário favorável para que jihadistas que estavam atuando na Síria e no Iraque se instalassem na Líbia, aproveitando a instabilidade política, ausência de um exército central e a vulnerabilidade da população local para implementar suas agendas fundamentalistas[10] e angariar apoiadores. Dois fatores que contribuíram para isso foram a presença e alta capilaridade de alguns líderes religiosos e grupos salafistas adeptos[11] do jihadismo em algumas cidades da Líbia (WEHREY; BOUKHARS, 2019, p. 120; TRAUTHIG, 2020), somada às elevadas taxas de desemprego entre jovens, o que contribuiu para que muitos deles fossem recrutados em troca de dinheiro (HRW, 2016). No entanto, esse movimento de cooptação da juventude líbia para

[9] Corrente conservadora do Islã sunita que defende uma retomada aos ensinamentos "tradicionais" do Islã, adotando uma interpretação literal do Alcorão e hadiths e utilizando-os de forma rigorosa como fonte de práticas teológicas e comportamentais. Têm uma postura crítica à inovação (*bida'*) dentro do Islã (WEHREY; BOUKHARS, 2019).

[10] Entende-se aqui por fundamentalismo (especificamente tratando-se do religioso) a utilização de fundamentos religiosos para estruturar uma agenda política que visa alterar a sociedade, impondo uma visão de mundo e valores morais e comportamentais específicos de modo inflexível, sem tolerância para outras formas de existir (MARTY; APPLEBY, 2004).

[11] É importante destacar que mesmo dentro da corrente salafista do Islã na Líbia, havia grandes divergências entre seus seguidores quanto à entrada de grupos jihadistas, havendo aqueles que apoiaram e até se uniram a eles, e aqueles que se opuseram e foram perseguidos por grupos como Daesh, al-Qaeda e Ansar al-Sharia (WEHREY; BOUKHARS, 2019, p. 120; HRW, 2016).

participar do conflito não partiu apenas dos jihadistas estrangeiros, mas principalmente das milícias armadas locais espalhadas pelo território. Em muitos casos, a única fonte de renda e mecanismo de ascensão social para os jovens era se aliar a esses grupos (HRW, 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu via Conselho de Segurança criar a Missão das Nações Unidas de Suporte à Líbia (MNUSL), que tentou mediar a situação por meio de um acordo entre as partes estabelecido em 2015. Este culminou na criação do Governo de Acordo Nacional (GAN), que a partir de então seria o governo oficial do país, localizado na capital, Trípoli, sendo representado pelo Primeiro Ministro Fayez al-Sarraj. Porém, o CD no leste não reconheceu o GAN como governo legítimo e, a partir da iniciativa do General Khalifa Haftar, foi criado o Exército Nacional Líbio (ENL), que passou a ser a principal força político-militar do leste da Líbia, reivindicando a soberania nacional. A partir daí, GAN (Trípoli) e ENL (Tobruk) passaram a ser os dois principais atores da guerra civil líbia no nível nacional. Mesmo assim, as milícias locais não só continuaram atuando como também foram em grande medida cooptadas ou pelo GAN ou pelo ENL para lutar como forças paramilitares (OYENIYI, 2019).

No âmbito internacional, enquanto o GAN tinha o reconhecimento da ONU e apoio de Turquia, Catar, Sudão e Itália, o ENL contou com o apoio dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Egito, Arábia Saudita, França e Rússia. Dentre esses atores externos diretamente envolvidos no conflito, Turquia (para o lado do GAN), EAU e Rússia (para o lado do ENL) atuaram de maneira mais enfática, chegando até a enviar armamento e forças (para)militares que respectivamente prestaram suporte aos dois lados. Essas partes se digladiaram até 2020, tendo ocorrido diversas incursões bélicas que culminaram em elevados números de mortos para os dois lados, crimes de guerra, deslocamento forçado de civis e a destruição de parte da infraestrutura das maiores cidades, incluindo a capital (EL KAMOUNI-JANSSEN; ABDO, 2015).

Além disso, a Líbia é um dos principais corredores para os fluxos migratórios vindos da África Subsaariana em direção à Europa. São relatadas frequentes violações de direitos humanos sobre migrantes e refugiados, que se veem desamparados em uma situação em que o Estado desmantelado não pode garantir sua segurança e milícias se aproveitam da vulnerabilidade dessa

população para explorá-la e lucrar com isso (HRW, 2019; AI, 2017). Ainda assim, em meio à apatia internacional sobre a questão humanitária, interesses políticos e econômicos estrangeiros estão em jogo - principalmente com relação ao acesso ao petróleo líbio e o controle e restrição das rotas migratórias para a Europa.

3.2. Desfecho do conflito

Após a falha de Khalifa Haftar e o ENL de tomar a capital Trípoli do controle do GAN em junho de 2020, o primeiro enfraqueceu gradativamente até que, em outubro de 2020, após novos riscos de escalonamento e muitas negociações intermediadas pela ONU e endossadas por diversos Estados, houve uma humilde proposta de cessar-fogo que finalmente foi aceita por ambos os lados, pondo um fim formal à guerra civil. O resultado foi o comprometimento das partes envolvidas em desmembrar as milícias autônomas envolvidas no conflito, expulsão de mercenários estrangeiros[12] em solo líbio e a criação de um governo interino unificado. Em março de 2021, esse último foi oficializado, sendo chamado de Governo de União Nacional (GUN), o qual será responsável por guiar o país às próximas eleições - até o momento da escrita desse texto, previstas para dezembro de 2021.

A despeito disso, a Líbia ainda apresenta problemas estruturais que reforçam a fragmentação e fragilidade estatal. Dentre eles, destaca-se primeiramente a ausência de instituições judiciárias eficazes – o que fomenta violência e corrupção e consequentemente gera impunidade. Em segundo lugar, a ausência de um exército unificado - que gera insegurança e a consequente necessidade da população estratificada em tribos buscar a sua própria segurança. Em terceiro lugar, a ausência de investimentos públicos em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança - perpetuando pobreza e vulnerabilidade. Por último, a marginalização de grupos minoritários, que aumentam as chances dos mesmos se envolverem com atividades ilícitas para sobreviver – enfraquecendo a legitimidade do Estado. Dito isso, há de ser esperar para ver se os recentes ganhos do ponto de vista institucional com a

[12] Segundo a Enviada Especial da ONU para a Líbia, Stephanie Williams, em 2020 havia mais de 20.000 mercenários estrangeiros no país, sendo que a maioria deles eram sírios e russos que antes lutaram no conflito da Síria, além de mercenários de países do entorno, como Chade e Sudão (MAGDY, 2020).

estruturação de um governo unificado representarão mudanças significativas para a população líbia ou se o Estado permanecerá distante e incapaz de dar suporte a ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas entre grupos rivais na Líbia contemporânea acontecem no plano político, social, econômico e (para)militar, manifestando-se principalmente no nível local, por agentes não-estatais, que contestam a soberania do Estado colapsado tanto no que tange ao uso legítimo da força quanto ao controle territorial (incluindo recursos naturais e fronteiras). A complexa relação entre atores não-estatais líbios e a ineficiente e fragmentada máquina estatal é uma relação co-constitutiva: um reforça a existência e perpetuação do outro. Enquanto o Estado for incapaz de prover aquilo que é de direito da população, outros mecanismos de organização social continuarão suprindo esse espaço, abrindo margem para a atuação de grupos que exercem atividades ilícitas e enfraquecem a legitimidade do Estado.

O caráter difuso, dinâmico e multifacetado da realidade líbia no nível local mostra que sem um esforço conjunto das forças governamentais líbias não apenas para suprimir as milícias armadas, mas principalmente para integrar por meio de políticas públicas os indivíduos que os compõem e a população sob a qual eles exercem influência, é provável que esses atores não-estatais continuem tendo um papel protagonista no cenário político líbio no nível local e o Estado continue fragmentado e incapaz de alcançar essa população.

Após dez anos de muita instabilidade no país, as duas principais partes envolvidas no conflito chegaram a um acordo de cessar-fogo que, apesar de ser positivo do ponto de vista humanitário, ainda não é suficiente para garantir a estabilidade da Líbia. Isso porque o governo interino unificado já encontra dificuldades para chegar a um acordo sobre o tipo de governo que será formado após as eleições em dezembro, cumprir com a retirada de mercenários estrangeiros em território líbio e, principalmente, desmobilizar milícias locais.

Dessa forma, compreender as dinâmicas sociais e políticas da Líbia contemporânea no nível local é algo essencial não apenas para entender a complexa situação pela qual a sua população tem passado nos últimos dez anos,

mas também para entender os principais desafios que o país enfrentará de agora em diante e as implicações disso para o cenário regional e global. Isso porque evidentemente há um transbordamento das disputas na Líbia para a região e até para o nível global - principalmente no que se refere ao controle geopolítico de recursos naturais e das rotas migratórias.

REFERÊNCIAS

AHMIDA, Ali Abdullatif. Libya, Social Origins of Dictatorship, and the Challenge for Democracy. **The Journal of the Middle East and Africa**, v. 3, n. 1, pp. 70-81, 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21520844.2012.666646

AMNESTY INTERNATIONAL – AI. **Libya's Dark Web of Collusion**: Abuses against Europe-bound refugees and migrants. Index number: MDE 19/7561/2017, 2017. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/documents/mde19/7561/2017/en/

CHERSTICH, Igor. When tribesmen do not act tribal: Libyan tribalism as ideology (not as schizophrenia). **Middle East Critique**, v. 23, n. 4, pp. 405-421, 2014. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19436149.2014.969890

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – CSNU. **S/RES/1973 (2011)**. 17 de março, 2011. Disponível em: https://www.undocs.org/S/RES/1973%20(2011)

EATON, Tim. **Libya's War Economy**: Predation, Profiteering and State Weakness. Research Paper, Middle East and North Africa Programme. Chatham House. Abril, 2018. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-04-12-libyas-war-economy-eaton-final.pdf

EL KAMOUNI-JANSSEN, Floor; ABDO, Iba. Addressing Libya's Multiple Crises: When Violent Politics, Extremism and Crime Meet. **CRU Policy Brief**. The Clingendael Institute, 2015. Disponível em: https://www.clingendael.org/publication/addressing-libyas-multiple-crises

GRIMM, Sonja; LEMAY-HÉBERT, Nicholas; NAY, Olivier. **The Political Invention of Fragile States:** The Power of Ideas. Routledge, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH – HRW. **No Escape from Hell**: EU Policies Contribute to Abuse if Migrants in Libya. Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/eu0119_web2.pdf

HUMAN RIGHTS WATCH – HRW. **"We Feel We Are Cursed"**: Life under ISIS in Sirte, Libya. Maio, 2016. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/libya0516web_1.pdf

HÜSKEN, Thomas. The practice and culture of smuggling in the borderland of Egypt and Libya. **International Affairs**. Volume 93, Issue 4, pp. 897–915, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ia/iix121

MAGDY, Samy. **UN: 20,000 foreign fighters in Libya are a 'serious crisis'**. AP News. 2 de dezembro, 2020. Disponível em: https://apnews.com/article/africa-libya-elections-north-africa-united-nations-faa14b50c17d2a462e755bd6e31f0709

MARTY, Martin E.; APPLEBY, R. Scott. (Eds). **Fundamentalisms Comprehended**. The Fundamentalism Project. Vol. 5. University of Chicago Press, 2004.

MINGST, Karen A.; MCKIBBEN, Heather Elko; ARREGUIN-TOFT, Ivan M. **Essentials of International Relations**. WW Norton & Company, 2018.

OBEIDI, Amal. **Political Culture in Libya**. Routledge Curzon, 2001.

OYENIYI, Bukola A. **The History of Libya**. ABC-CLIO, 2019.

ST JOHN, Ronald Bruce. **Historical Dictionary of Libya**. Scarecrow Press, 4th ed., 2006.

ST JOHN, Ronald Bruce. **Libya:** From colony to revolution. Simon & Schuster, 2nd ed., 2012.

TARKOWSKI-TEMPELHOF, Susan; OMAR, Manal. **Stakeholders of Libya's February 17 Revolution**. United States Institute for Peace - USAIP, Special Report 300, Janeiro 2012. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/136141/SR%20300.pdf

THE FUND FOR PEACE. **Fragile States Index**. Country Dashboard: Libya. 2021. Disponível em: https://fragilestatesindex.org/country-data/

TRAUTHIG, Inga Kristina. **Islamic State in Libya**: From Force to Farce? International Centre for the Study of Radicalisation ICSR. Dept. of War Studies, King's College of London, 2020. Disponível em: https://icsr.info/wp-content/uploads/2020/03/ICSR-Report-Islamic-State-in-Libya-From-Force-to-Farce.pdf

WEHREY, Frederic; BOUKHARS, Anouar. **Salafism in the Maghreb**: Politics, Piety, and Militancy. Oxford University Press, 2019.

WOODWARD, Susan. **The Ideology of Failed States:** Why Intervention Fails. Cambridge University Press, 2017.